

29.mai.2013 – 14h00

RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA

Entidade: Professor Doutor António de Deus Ramos Ponces de Carvalho - Diretor da Escola Superior de Educação João de Deus e também da Associação de Jardins-Escolas João de Deus

Recebidos por: Deputados do Grupo de Trabalho de Acompanhamento da Aplicação do Acordo Ortográfico

Assunto: Acordo Ortográfico

Exposição: O Coordenador do [Grupo de Trabalho](#) deu as boas vindas ao convidado e solicitou-lhe que expusesse a sua posição sobre o Acordo Ortográfico (AO) e a sua aplicação, na sua qualidade de Diretor da [Escola Superior de Educação João de Deus](#) e da [Associação de Jardins-Escolas João de Deus](#).

O Professor Doutor António Ponces de Carvalho louvou a iniciativa da Assembleia da República e do Grupo de Trabalho, embora tenha referido que a mesma já é tardia e que a matéria não devia ser questionável neste momento, manifestando ainda discordância do avanço e recuo em relação ao AO. Salientou que o debate deveria ter acontecido antes da aprovação do Acordo e realçou que nas universidades há sempre pessoas a favor e contra.

Referiu depois que há utilidade em que a língua falada e a escrita estejam mais próximas, indicando que isso facilita a sua aprendizagem, pelas crianças e pelos estrangeiros. Informou ainda que a questão da simplificação da ortografia também foi debatida em França, já que havia a indicação de que o francês não seria uma língua global porque era difícil, referindo-se, nomeadamente, a conjugação verbal. Salientou ainda que aquele país não tem normas de escrita, havendo várias formas da mesma.

Salientou depois que em Portugal tem havido muitas alterações sucessivas, nomeadamente a nível terminológico e que isso é dramático para a aprendizagem das crianças e para a formação dos professores, reiterando que a aproximação entre a língua falada e a escrita facilita.

Em relação ao AO, indicou que a alteração no Brasil abrange mais palavras do que em Portugal e salientou que as crianças do 1.º ciclo aprenderam facilmente com o Acordo. Exemplificou depois com 2 livros (que ofereceu), a cartilha maternal, que foi alterada de

harmonia com o AO, tendo tido poucas alterações e um livro de João de Deus, com 500 palavras com alterações, das mais utilizadas.

Realçou a importância da harmonização ortográfica nos 8 países de língua portuguesa e defendeu que é uma ótima ideia escrever como se pronuncia e que o desaparecimento das consoantes mudas facilita a língua e a sua aprendizagem por outros povos.

Informou que a Associação de Jardins-Escolas João de Deus é responsável por 54 escolas, com cerca de 9.000 alunos. Defendeu que tendo entrado em vigor o AO, as escolas passaram a aplicar a lei.

Por último, realçou que Portugal não tem medidas educativas de médio e longo prazo, entendendo que se devia fazer um debate dessas matérias.

De seguida, a deputada Rosa Arezes (PSD) indicou que o AO gera muita controvérsia, por variados fatores e não é consensual nos Grupos Parlamentares. Referiu que o argumento de que a aproximação da escrita à fonética facilita a aprendizagem, relega para 2.º lugar os aspetos etimológicos. Salientou ainda que a língua tem evoluído normalmente, sem o AO e questionou se aquele se justificava.

O deputado Carlos Enes (PS) questionou qual a distribuição das respetivas escolas a nível nacional, se há dificuldades na aplicação do AO, se existem diferenças na mesma a nível das várias regiões do país e se os manuais são próprios. Perguntou se há pessoas que aplicam o AO e outras que não o fazem e quais são estas e se há maiores dificuldades e reações dos alunos, nomeadamente em relação à dupla grafia.

Questionou depois como tem decorrido a formação de professores e como se verifica a que é ministrada na Escola Superior de Educação João de Deus.

Em resposta, o Professor Ponces salientou que as palavras novas normalmente são escritas como se dizem e que para além da etimologia a língua é essencialmente um veículo de comunicação. Realçou que existindo uma lei, tem de se aplicar, sob pena de se dar um mau exemplo, de incumprimento, aos cidadãos. Referiu também que os editores já investiram em livros com a nova ortografia.

Informou que têm escolas em todo o país, incluindo na Madeira e nos Açores, frequentadas por pessoas de todos os estratos sociais e que a aplicação do AO não gera diferenças entre elas, realçando ainda que há muitos pais de estratos superiores que são contra o AO e resistem à

nova grafia. Defendeu ainda que o sucesso na escola depende mais dos professores do que do estrato social dos pais.

Realçou que os regionalismos provocam dificuldades e não o AO. Informou que fizeram muita formação dos professores e que o Ministério da Educação e Ciência fez uma lista com palavras com a nova e a antiga grafia. Defendeu que voltar atrás em relação ao AO seria dramático e referiu que não se valorizam as aprendizagens. Indicou que deve discutir-se amplamente e depois de se aprovar, não deve recuar-se.

No que respeita à sua experiência na Escola Superior de Educação de Educação, referiu que os alunos vêm cada vez menos bem preparados do ensino secundário, não sabem fazer pesquisas, só copiam textos da internet e os respetivos trabalhos têm muita falta de rigor. Indicou ainda que muitos erros dos alunos não resultam do AO.

Indicou que as discussões sobre o Ao têm sido muito emotivas. Questionou depois o que é melhor para o português se implementar no mundo, sendo que é a 4.^a língua mundial. Salientou ainda que os espanhóis facilitaram a sua grafia a pensar na América Latina.

A deputada Rosa Arezes (PSD) equacionou se a relutância que os pais passam aos filhos será ultrapassada após a fase de transição e perguntou como constituem as turmas nas suas escolas, para manterem mais igualdade e melhores resultados.

O Professor Ponces informou que as turmas são constituídas desde o início e mantêm-se sempre, tendo 25 a 30 alunos. Indicou que as crianças aprendem a ler aos 5 anos com a cartilha, que é explicada às crianças individualizadamente. Reiterou que o que é determinante no sucesso dos alunos é o trabalho e o empenho do professor.

Deputado Carlos Enes (PS) questionou como recolhem os contributos, questões e dúvidas dos professores e o que é que lhe fazem.

O Professor Ponces informou que têm cerca de 700 professores e que fazem sessões de esclarecimentos periodicamente, até por videoconferência e pedem a especialistas para esclarecerem as dúvidas, nomeadamente ao Professor Malaca Casteleiro.

A gravação da audição encontra-se disponível na [página da Comissão, na Internet](#).

Palácio de São Bento, 29 de maio de 2013

A assessora

Teresa Fernandes